

SIMPÓSIO AT157

IMPACTOS DO PISA NO BRASIL: A (IN/EX)CLUSÃO FORMANDO OS SUJEITOS DO SÉCULO XXI¹

MASCIA, Márcia Aparecida Amador
Universidade São Francisco
marciaaam@uol.com.br

Resumo: Este artigo, parte de minha pesquisa de bolsa produtividade (CNPq 2017-2020), tem como objetivo empreender uma análise discursiva de excertos retirados de documentos do PISA encontrados nos sites da OCDE e INEP e que apresentam discussões advindas dos resultados da prova. Trabalhamos com o escopo teórico discursivo, na interface com os estudos foucaultianos, de modo especial, com o conceito de governamentalidade. Considera-se por governamentalidade uma multiplicidade de práticas de governo que tomam como alvo uma população e os saberes da economia como estratégias de ação, incluindo aí as avaliações externas, como o PISA. Os resultados parciais apontam para os paradoxos que nos mostram duas facetas dos documentos, se, por um lado, apresentam os resultados de modo a sugerir que os países invistam não só na educação, mas na construção de uma sociedade mais equitativa, por outro lado, como os resultados do PISA são veiculados, acabam promovendo o oposto, naturalizando a exclusão e culpabilizando os alunos e professores.

Palavras-chave: PISA; Governamentalidade; Exclusão; Discurso.

Abstract: This paper, which is part of my productive scholarship research (CNPq 2017-2020), aims to undertake a discursive analysis of excerpts taken from PISA documents found on the OECD and INEP websites and which present discussions from the results of the assessment test. We work with the discursive theoretical scope, in the interface with the Foucaultian studies, particularly, with the concept of governmentality. Governmentality is considered a multiplicity of governance practices targeting a population and knowledge of the economy as strategies of action, including external evaluations such as PISA. Partial results point to the paradoxes that show us two facets of the documents whereas, on the one hand, they present the results in a way that suggests that countries should invest not only in education but in building a more equitable society, on the other hand, as the results of PISA are conveyed, they end up promoting the opposite, naturalizing exclusion and blaming students and teachers.

Keywords: PISA; Governmentality; Exclusion; Discourse.

Introdução

¹ Este trabalho faz parte do Grupo de Pesquisa “Estudos Foucaultianos e Educação”, certificado pelo CNPq do qual sou líder e do meu projeto de bolsa produtividade, CNPq (2017-2020).

A presente proposta, que faz parte do Grupo de Pesquisa “Estudos Foucaultianos e Educação”, certificado pelo CNPq do qual sou líder e do meu projeto de bolsa produtividade, CNPq (2017-2020), consiste em empreender uma análise do discurso dos documentos do PISA (Programa Internacional dos Estudantes), encontrados nos sites da Organização para Cooperação e Desenvolvimento Econômico (OCDE) e do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), no Brasil. A partir do escopo teórico discursivo, na interface dos estudos arqueogenalógicos de Foucault, o trabalho tem como objetivo levantar as emergências discursivas que apontam para novos dispositivos de governamentalidade engendrados pelo PISA. A seguir, faremos uma breve discussão de governamentalidade, seguida da análise e considerações finais.

1. Governamentalidade

A governamentalidade encontra-se vinculada aos regimes de verdade. Em seus estudos sobre governo, Foucault se deteve aos seguintes questionamentos: “Como se governar, como ser governado, como fazer para ser o melhor governante possível” (FOUCAULT, 1984, p. 277-278). Tal questionamento surge, segundo o autor, a partir do século XVI, com relação a questões sob diversos aspectos: o problema do governo de si mesmo; problema do governo das almas e das condutas e o problema do governo dos Estados pelos príncipes.

Segundo Maia (2010), não devemos entender “governo” como concebido hoje, em termos de gestão pública ou estatal. Governo refere-se às condutas que se instauram, legitimadas pelos discursos científicos, principalmente, em nosso tempo contemporâneo. Ultrapassando o estado, o governo é uma prática discursiva que se constitui pelos diversos espaços sociais, tais como na família, na escola, dentre outros.

Houve, na modernidade, um deslocamento da arte de governar, deixando de lado a soberania que governava um território para um modelo governamental centrado na população (FOUCAULT, 1984).

Governar, na perspectiva foucaultiana, refere-se ao ato de os governantes agirem sobre a vida e sobre as condutas dos sujeitos e das populações de modo que não só individualmente, mas também coletivamente passem a gestar “sua ordem, sua segurança, sua tranquilidade, sua prosperidade, riqueza e felicidade” (ROSE, 2010, p. 6).

Considera-se por governamentalidade uma multiplicidade de práticas de governo que tomam como alvo uma população e os saberes da economia como estratégias de ação, incluindo aí, as avaliações externas.

2. Análise

A análise incidirá sobre dois excertos retirados do site do PISA-Brasil. O primeiro excerto advém da publicação intitulada “Nota do País - Resultados do PISA 2012 - Principais Achados do Brasil”. O segundo é oriundo de uma publicação que tem como proposta perguntar e responder questões sobre o PISA, na verdade, o que os resultados revelam sobre o PISA de modo geral aos países participantes, chamado “PISA em foco”, de 2015.

Temos alertado, em nossa pesquisa, em relação aos testes de avaliação em larga escala, como o PISA, que é preciso discutir a naturalização das diferenças, não apenas entre os países, mas também dentro dos países, especialmente naqueles com diferenças exorbitantes como o Brasil. Em “Nota do País - Resultados do PISA 2012 - Principais Achados do Brasil”, citamos no item “Alocação de recursos para escolas favorecidas e desfavorecidas”, o seguinte:

O Brasil precisa encontrar formas de apoiar as escolas socioeconomicamente desfavorecidas mais fortemente, a fim de estabelecer um campo de atuação nivelado para todos os alunos.

Os resultados do PISA mostram uma relação positiva entre os recursos investidos em educação e desempenho, mas apenas até certo ponto. O PISA também mostra que, em todos os níveis de investimento, os países de maior desempenho tendem a distribuir os recursos educacionais de forma mais equitativa entre escolas socioeconômicas favorecidas e desfavorecidas.

- *No Brasil, as escolas que atendem aos alunos mais favorecidos, que incluem muitas escolas privadas, têm acesso a melhores recursos educacionais, melhor infraestrutura física e relatam menos problemas de contratação e manutenção de professores qualificados.*
- *No Brasil, cerca de 13% dos estudantes de 15 anos frequentam uma escola particular e independente. **Em média, as escolas privadas apresentam melhor desempenho no PISA. Para as famílias mais abastadas, as escolas privadas - que fornecem acesso a melhores recursos educacionais, melhor infra-estrutura física e menores proporções aluno-professor - estão associadas a melhores resultados de aprendizagem.***

Fica claro, no trecho acima, que os melhores desempenhos no PISA, no Brasil, são os dos estudantes com situação socioeconômica mais favorecida e que frequentam, principalmente, escolas particulares com melhor infraestrutura. Trata-se de um alerta em relação aos países com grande discrepância social e econômica, como o Brasil. Outro aspecto no trecho refere-se à distribuição dos “recursos educacionais de forma mais equitativa entre escolas socioeconômicas favorecidas e desfavorecidas”, de modo ao país obter um melhor desempenho, o que não acontece com o Brasil.

O próximo trecho foi retirado do PISA em foco número 7, acerca dos resultados de 2015 e que procura responder à seguinte questão: “Escolas privadas: quem sai ganhando?” Encontramos a seguinte resposta:

*Estudantes que frequentam escolas privadas tendem a alcançar resultados significativamente melhores no PISA do que os de escolas públicas; mas **os estudantes de escolas públicas em um contexto socioeconômico semelhante ao das escolas privadas tendem a alcançar desempenhos igualmente bons.***

A partir do trecho acima, podemos ressaltar que os estudantes que frequentam escolas particulares possuem as melhores notas no PISA, entretanto os estudantes de meios socioeconômicos equivalentes aos dos alunos de escola privada, também, possuem notas tão altas quanto no PISA. Pode-se acrescentar que o que importa é o contexto econômico e social da família do estudante. Geralmente os alunos com notas altas recebem boas influências familiares e encontram-se em contexto culturalmente ricos. De modo geral, o PISA em foco

apresenta discussão apontando como o contexto social, ou seja, como países com melhor distribuição de renda, com a população mais equilibrada socialmente, não necessariamente rica, consegue oferecer um capital cultural para os seus estudantes, independente desses estudarem em escolas privadas ou públicas, o que certamente, não acontece no Brasil. Quanto mais equilibrada socialmente a sociedade e menos dicotômica, melhor preparados estarão os estudantes.

Neste sentido, postulamos que o PISA pode ser considerado como um "aparato de segurança" (FOUCAULT, 1991, p. 48-49), que opera muito bem na condição de liberdade, como Foucault postulou. Os países são livres para escolherem participar do PISA, mas aqueles que o fazem, proporcionam ao seu povo uma sensação de bem-estar em economia, política e educação. Porém, salta-nos aos olhos o paradoxo do PISA, se, por um lado, observa-se uma forte ênfase nas análises dos resultados do PISA em direção a orientar os países no sentido de investir em políticas públicas de Educação que promovam a equidade, a distribuição de renda e, conseqüentemente, o acesso a todos a uma educação de qualidade, como vimos nos excertos tirados do site da OCDE e INEP, por outro, o modo pelo qual os resultados são veiculados pela mídia, acabam promovendo o oposto. Os resultados acabam dando visibilidade aos rankings que, segundo Hansen, operam anonimamente classificando as pessoas e naturalizando as diferenças, pois eles "são desvinculados de seu contexto imediato de produção" (HANSEN, 2015, p. 211). Os números não somente representam a realidade, mas eles, também, criam categorias e medidas que "fabricam pessoas" (HACKING, 1986) de modo a fazer com que certas pessoas se sintam parte de um grupo, enquanto outras não: os bem sucedidos e os mal sucedidos no PISA.

Considerações finais

O PISA constrói subjetividades em Educação, como entendido por Popkewitz, "posicionando globalmente a criança e a nação a partir de um modo de pensar que diferencia e divide através de categorias de equivalência entre os

países” (POPKEWITZ, 2011, p. 36). Segundo o autor, é preciso atentar como como os números agem “inscritos em grades de práticas que dão inteligibilidade a tipos de pessoas, engendrando historicamente de modo a criar um espaço cultural que moldam e formam modos de vida” (POPKEWITZ, 2011, p. 36).

As conclusões temporárias da análise apontam que, ao invés de promover o desenvolvimento em Educação, os testes reforçam a exclusão, pelo discurso da meritocracia, através do qual os estudantes dos países ricos supostamente têm alcançado altas posições nos rankings devido a sua inteligência superior ou pelo seu próprio esforço, apagando todo o contexto social. Em relação ao Brasil, os estudantes da classe alta e brancos, que têm acesso a recursos pedagógicos, a maioria das escolas privadas, estão no topo dos escores, por sua vez, os pobres, os afrodescendentes e os indígenas, que frequentam as escolas públicas, alcançam as piores posições, exacerbando a desigualdade racial e de classe. Pode-se concluir que o PISA funciona como um mecanismo de governamentalidade de promoção de exclusão no Brasil em relação ao próprio país e em relação aos outros países, o oposto do que deveria ocorrer.

Referências

FOUCAULT, M. **Microfísica do Poder**. Trad. Roberto Machado. 4ª ed. Rio de Janeiro: Edições Graal, 1984.

_____. 'Governmentality', trans. Rosi Braidotti and revised by Colin Gordon, in Graham Burchell, Colin Gordon and Peter Miller (eds) **The Foucault Effect: Studies in Governmentality**. Chicago, IL: University of Chicago Press, 1991.

HACKING, I. Making up people. IN: Heller, T. C.; Sosna, M.; Wellbery, D. E. **Reconstructing Individualism. Autonomy, Individuality and the Self in Western Thought**. Stanford, California: Stanford University Press, 1986.

HANSEN, H. K. Numerical operations, transparency illusions and the datification of governance. **European Journal of Social Theory**. Sage. 18 (2) 203-220, 2015.

MAIA, A. **Do Biopoder À Governamentalidade:** sobre a trajetória da genealogia do poder. Currículo sem Fronteiras, v. 11, n.1, p.54-71, jan/jun, 2010.

POPKEWITZ, T. PISA – Numbers, Standardizing Conduct, and the Alchemy of School Subjects. In: PEREYA, M. A. et al (eds.). **PISA Under Examination:** Changing Knowledge, Changing Tests, and Changing Schools. Netherlands: Sense Publishers, P. 31-46, 2011.

ROSE, N. **Powers of Freedom: reframing political thought.** 9 ed. Cambridge: Cambridge University Press, 2010.